

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

*Pedro Burger, Vitória
Kavanami, Thaiany Medeiros
Cury, Nina Bouqvar e João
Miguel Estephanio*

Defesa da democracia e dos direitos laborais: Agenda L20 frente ao minimalismo do G20

*En defensa de la democracia y los derechos laborales: Agenda del L20 como respuesta
al enfoque minimalista del G20*

*Defending democracy and labor rights: L20's agenda in response to the G20's
minimalist approach*

Resumo. O informe analisa a persistente estagnação institucional da presidência dos Estados Unidos no G20 e o posicionamento crítico do grupo de engajamento Trabalho 20 (Labour 20). O texto destaca a denúncia dos sindicatos globais contra a agenda minimalista de Washington e a articulação de uma contra-agenda focada na defesa da democracia, dos direitos trabalhistas e da redução de desigualdades globais.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; África do Sul; Guerra do Irã; Cooperação Internacional.

Resumen: El informe analiza el persistente retraso institucional de la presidencia del G20 por parte de Estados Unidos y la postura crítica adoptada por el grupo de participación Labour 20. El texto destaca las críticas de los sindicatos mundiales a la agenda minimalista de Washington y el desarrollo de una agenda alternativa centrada en la defensa de la democracia, los derechos laborales y la reducción de las desigualdades globales.

Palabras clave: G20; G7; OCDE; EE. UU; Sudáfrica; Guerra de Irán; Cooperación Internacional.

Abstract: The report discusses the persistent institutional stagnation of the U.S. presidency within the G20 and the critical stance taken by the Labour 20 engagement group. The text highlights global trade unions' criticism of Washington's minimalist agenda and the development of a counter-agenda focused on defending democracy, labor rights, and reducing global inequalities.

Keywords: G20; G7; OECD; USA; South Africa; Iran War; International Cooperation.

A presidência dos Estados Unidos no G20 permanece em persistente estagnação, com o portal oficial do bloco sem novas atualizações desde a sua ativação inicial. Como observado anteriormente, a atual gestão consolidou uma estrutura técnica extremamente reduzida com foco estrito na promoção do crescimento econômico e da prosperidade global por meio de resultados práticos e simplificados, a fim de restaurar o fórum à sua “missão original”. Se anteriormente o grupo contava com mais de quinze grupos de trabalho, dispostos nas trilhas de *sherpas* e de finanças, até o momento seguem confirmados apenas quatro. Diante dessa opacidade comunicacional e da manutenção de uma agenda minimalista, o foco desta quinzena desloca-se para o posicionamento do Labour 20 (L20), o grupo oficial de engajamento que representa os trabalhadores e que tem denunciado o esvaziamento das discussões fundamentais para a governança global.

Após reuniões de alto nível em Washington, o grupo emitiu um alerta contundente destacando que a agenda proposta pela administração Trump ameaça aprofundar as desigualdades globais e enfraquecer as instituições democráticas. O L20 deu início ao seu trabalho para 2026 com um encontro online de líderes sindicais no início de fevereiro e, posteriormente, organizou um evento para reforçar os esforços no combate às desigualdades, com base nas conclusões do Relatório sobre Desigualdade Global do G20 lançado no ano passado. Sob o tema: “Reduzindo as desigualdades, colocando as pessoas no centro do G20”, o evento reuniu sindicalistas, membros do Comitê Extraordinário de Especialistas Independentes do G20 sobre Desigualdade Global, os ministros do Trabalho do Brasil e da Espanha e o *sherpa* sul-africano do G20, bem como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Luiz Marinho, destacou na ocasião a preocupação do governo brasileiro com a condução atual dos debates do bloco, sobretudo com a exclusão da África do Sul e com a ausência de grupos de trabalho técnicos considerados essenciais. Em sua intervenção, Marinho afirmou que, em um fórum que representa as maiores economias do mundo, a ausência de um país tão relevante do continente africano compromete a legitimidade do debate. “O fórum não pode ser puramente econômico. É possível promover desenvolvimento econômico aliado à inclusão, empregos de qualidade e atenção especial a grupos marginalizados, como mulheres e jovens”, destacou.

Na visão das lideranças sindicais internacionais, as políticas promovidas pelos Estados Unidos, como a expansão dos combustíveis fósseis e os interesses das grandes empresas de tecnologia, centram-se nos interesses de uma pequena elite e de grandes corporações, deixando de lado o bem-estar da classe trabalhadora e a proteção dos direitos laborais. Luc Triangle, secretário-geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC, na sigla em inglês), enfatizou que qualquer tentativa de fragilizar as instituições democráticas ou as proteções aos trabalhadores em favor de bilionários apenas gerará mais instabilidade e insegurança no sistema financeiro internacional. Segundo, Veronica Nilsson, secretária-geral do Comitê Consultivo Sindical da OCDE (TUAC, na sigla em inglês), os trabalhadores precisam que seus governos combatam a desigualdade, as mudanças climáticas e as disrupções tecnológicas, em vez de alimentá-las por meio da desregulamentação, da expansão dos combustíveis fósseis e do poder corporativo sem controle.

Nesse sentido, é também fundamental notar que a atual presidência retirou quase todos os temas relacionados ao trabalho e ao emprego da agenda oficial e recusou-se a convocar

grupos de trabalho sobre saúde, desenvolvimento, educação ou desigualdade, enfraquecendo a capacidade do G20 de responder aos desafios globais. O próprio L20 não foi formalmente reconhecido pela presidência estadunidense, o que os sindicatos interpretam como uma decisão deliberada que indica quais interesses este ciclo de 2026 pretende servir. “A decisão de excluir o Labour 20 do G20 não é um descuido. É uma declaração sobre a quem essa presidência serve. Os trabalhadores não são uma questão secundária na economia global, eles são a economia global. Não vamos esperar por um convite que não vai chegar”, afirmou Kemal Ozkan, secretário-geral adjunto da organização IndustriALL.

Como resposta política a esse isolamento, o movimento sindical global está construindo uma contra-agenda baseada na defesa da democracia e do Direito Internacional. As demandas do L20 incluem questões como:

- Uma agenda democrática e centrada nas pessoas, capaz de enfrentar os principais desafios que afetam os trabalhadores em todo o mundo.
- Uma regulamentação baseada nos direitos para proteger trabalhadores, consumidores e comunidades, e para garantir a prestação de contas democrática nos mercados.
- Uma Transição Justa para as energias renováveis que garanta empregos dignos e proteja os meios de subsistência dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que combate as mudanças climáticas.
- Uma digitalização centrada nas pessoas, com regras rigorosas sobre inteligência artificial e tecnologia para proteger empregos, direitos, privacidade e democracia.
- Salários justos e dignos, negociação coletiva fortalecida e proteção social universal.
- Tributação justa, alívio da dívida e cooperação multilateral mais forte para reduzir a desigualdade e apoiar o desenvolvimento sustentável.
- Investimento em serviços públicos e educação de qualidade para garantir o crescimento inclusivo e preparar as sociedades para o futuro do trabalho.

O grupo defende ainda a criação de um Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI, na sigla em inglês), recomendação central da presidência sul-africana que é ignorada pelo anfitrião atual. Como relatado no relatório do Grupo de Trabalho sobre Desigualdade, liderado pelo economista Joseph Stiglitz no ano passado, a proposta do IPI é modelada à imagem do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e tem a função de fornecer uma avaliação científica contínua e baseada em evidências da crise de disparidade social e econômica, além de oferecer recomendações de políticas públicas aos governos do G20 e além.

Diante desse cenário de silêncio oficial, os grupos de engajamento assumem um papel vital como vetores de resistência para as demandas do Sul Global e para pautas transversais urgentes, como a saúde global, que foram marginalizadas na atual agenda do fórum. Conforme reiterado pelas lideranças do L20, o grupo não aguardará convites formais, mas continuará a articular coalizões para assegurar que os compromissos multilaterais anteriores sejam preservados e que a desigualdade retorne ao centro do debate em presidências futuras, como a do Reino Unido em 2027. O exemplo do L20 serve de orientação para que os demais grupos organizem-se na defesa de suas agendas. Afinal, como recordou o ministro das Relações Exteriores da África do Sul durante a Cúpula Social de 2025, “as relações internacionais são relevantes demais para ficarem restritas apenas aos governos”. Assim, o vácuo de liderança institucional pode ser transformado em uma oportunidade para a promoção de agendas concretas e independentes por parte da sociedade civil.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Ministro do Trabalho participa de reunião do L20 sobre redução das desigualdades*. Brasília, DF, 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/marco/ministro-do-trabalho-participa-de-reuniao-do-l20-sobre-reducao-das-desigualdades>. Acesso em: 30 mar. 2026

G20. Official Website of the G20 Presidency of the United States. Washington, DC, 2026. Disponível em: <https://g20.org/>. Acesso em: 16 mar. 2026.

INDUSTRIALL GLOBAL UNION. Global unions defend democracy and workers' rights at G20. [S. l.], 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.industrial-union.org/global-unions-call-for-defence-of-democracy-and-workers-rights-at-g20>. Acesso em: 30 mar. 2026.

ITUC. G20: Trade unions call for defence of democracy, rights and shared prosperity. [S. l.], 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.ituc-csi.org/G20-L20-defence-of-democracy>. Acesso em: 30 mar. 2026.

G7 sob Pressão: Tensões Diplomáticas e a Escalada da Guerra do Irã

G7 bajo presión: Tensiones diplomáticas y la escalada de la guerra de Irán

G7 Under Pressure: Diplomatic Tensions and the Escalation of the Iran War

Resumo. Para a quinzena trazemos desconfortos diplomáticos envolvendo o G7, com a suposta retirada do convite à África do Sul para participação da cúpula como país observador. Houve também um encontro dos Ministros das Relações Exteriores para discutir a guerra contra o Irã, objetivos estadunidenses e impactos geopolíticos.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; África do Sul; Guerra do Irã; Cooperação Internacional.

Resumen. En esta quincena abordamos tensiones diplomáticas relacionadas con el G7, con la supuesta retirada de la invitación a Sudáfrica para participar en la cumbre como país observador. También hubo una reunión de los ministros de Relaciones Exteriores para discutir la guerra contra Irán, los objetivos de Estados Unidos y los impactos geopolíticos.

Palabras clave: G20; G7; OCDE; EE. UU; Sudáfrica; Guerra de Irán; Cooperación Internacional.

Abstract. This report covers recent diplomatic tensions involving the G7, including the alleged withdrawal of South Africa's invitation to participate in the summit as an observer country. It also highlights a meeting of Foreign Ministers to discuss the war against Iran, U.S. objectives, and geopolitical impacts.

Keywords: G20; G7; OECD; USA; South Africa; Iran War; International Cooperation.

Entre os últimos acontecimentos do G7 observa-se um vazamento da tensão diplomática no âmbito do G20 envolvendo Estados Unidos e África do Sul. Segundo o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, a África do Sul teria sido desconvidada da cúpula de Evian-les-

Bains, de 15 a 17 de junho, como país observador. Tal desconforto foi atribuído a uma pressão sustentada de Washington, incluindo uma ameaça de boicote à cúpula do G7, segundo um porta-voz da presidência sul-africana ao *Financial Times*. Segundo a fonte, após discussões entre os membros do G7, foi determinado que o Quênia substituiria a África do Sul como país observador convidado, com o consenso dos Estados Unidos (FINANCIAL TIMES, 2026).

No entanto, autoridades francesas negaram ter excluído a África do Sul da lista de convidados devido à pressão de Washington, afirmando que o Quênia foi convidado em seu lugar antes da visita do presidente Emmanuel Macron ao país este ano (REUTERS, 2026a). Além do Quênia, a França anunciou que receberá os líderes da Índia, da Coreia do Sul e do Brasil na cúpula.

De toda forma, é uma grande perda para a agenda da presidência francesa do G7. Isso, pois a África do Sul tem-se colocado como uma defensora do multilateralismo e se posicionado como uma voz do Sul Global e uma ponte entre economias emergentes e potências ocidentais (FINANCIAL TIMES, 2026). Temos tratado, em informes anteriores, as tensões diplomáticas entre EUA e África do Sul diante das alegações falsas de Trump acerca de um suposto “genocídio” contra agricultores brancos no país africano. Observa-se o vazamento dessas tensões afetando outros blocos multilaterais, e ao que tudo indica uma nova tentativa de boicote do presidente estadunidense contra a África do Sul.

Ainda, após meses sem um embaixador dos EUA na África do Sul, um novo nome, Leo Brent Bozell III, chegou à Pretória com uma abordagem linha dura em relação à política externa do país africano e seus vínculos com Irã e Rússia. Fazendo jus ao que prometeu, vem sendo acusado de interferência em assuntos internos, sendo repreendido por comentários que criticam a política externa do governo da África do Sul e abordando questões domésticas sensíveis, como reforma agrária e políticas de empoderamento econômico negro (FINANCIAL TIMES, 2026). Apesar disso, a África do Sul continua comprometida em se engajar de forma construtiva com os Estados Unidos, afirmou um porta-voz do governo sul-africano (RFI, 2026).

Na última quinta e sexta-feira, dias 26 e 27 de março, ministros do G7 se reuniram em Vaux-de-Cernay, na França, para discutir a guerra contra o Irã. O principal foco era ter mais esclarecimentos do Secretário de Estado estadunidense, Marco Rubio, sobre os reais objetivos da guerra e discutir possíveis canais diplomáticos para encerrar o conflito. As discussões também focaram no Estreito de Hormuz (REUTERS, 2026b).

Uma grande preocupação era quanto tempo a guerra ainda levará. Apesar dos recentes envios de forças para a região, Rubio afirmou que os EUA podem alcançar seus objetivos em questão de semanas e sem a necessidade do uso de tropas terrestres. Segundo o secretário, os objetivos estão sendo alcançados, sendo eles: destruição da capacidade balística e de drones do Irã, bem como fábricas, força aérea e marinha. Sobre o envio de tropas, alegou que tem a finalidade de dar a Donald Trump opções para responder a eventuais contingências no conflito. Os líderes discutiram a possibilidade de um sistema de pedágio no Estreito de Hormuz, como ocorre no Canal de Suez, e a contribuição de países europeus e asiáticos na garantia da livre passagem após o fim do conflito (REUTERS, 2026c). Os ministros também debateram a necessidade de mitigar os impactos do conflito em parceiros regionais, populações civis e infraestruturas essenciais (REUTERS, 2026d).

Também participou do encontro o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sybiha. Na oportunidade, afirmou que a Ucrânia está próxima de fechar vários acordos de segurança, incluindo com os Emirados Árabes Unidos e o Catar, para conter ataques iranianos.

A ideia é compartilhar experiências no abatimento de drones e mísseis russos. Kiev espera reforçar o apoio em sua guerra contra a Rússia, que já está em seu quinto ano, enquanto o conflito entre EUA e Israel com o Irã levanta incertezas sobre se Washington poderá restringir seus fornecimentos militares (REUTERS, 2026e).

Na ocasião, líderes europeus tentaram reforçar o argumento de que a Rússia está apoiando o Irã na guerra. Segundo fontes, Moscou tem fornecido imagens de satélite a Teerã e ajudado na atualização de drones. No entanto, Rubio adotou a postura de minimizar as preocupações contra Moscou. Segundo o secretário, a Rússia estaria concentrada na guerra contra a Ucrânia e o mesmo demonstrou não acreditar no envolvimento de Moscou no repasse de informações de inteligência ao Irã (REUTERS, 2026f).

Recentemente, o site do G7 compartilhou eventos em paralelo à visita de Emmanuel Macron à Índia, ainda em fevereiro, que rendeu discussões no âmbito da Trilha Digital da presidência do G7. Parte da visita englobou o evento “Protegendo as Crianças na Era da IA”, no qual o Ministro designado para Inteligência Artificial e Assuntos Digitais reiterou os objetivos da França em relação à proteção infantil online e ao desenvolvimento do setor digital. A França reafirmou sua determinação de ampliar reflexões sobre a proteção de menores online para abranger a inteligência artificial generativa acessível ao público em geral, bem como de enfrentar os riscos associados ao uso dessas tecnologias por e para crianças (FRANÇA, 2026). O Ministro destacou os avanços recentes da França, especialmente a adoção de legislação que proíbe o acesso de menores de quinze anos às redes sociais e a criação de uma comissão de especialistas sobre os riscos da IA generativa.

As discussões exploraram os novos desafios levantados pela IA generativa disponível ao público, analisaram a responsabilidade dos desenvolvedores de IA e das plataformas, e destacaram o compromisso de associações, fundações e organizações da sociedade civil. Ao final do evento, o Ministro anunciou uma chamada internacional para contribuições científicas para subsidiar os trabalhos da comissão. Os resultados serão apresentados junto à Presidência francesa do G7 e ajudarão a formular recomendações concretas e novos padrões comuns (FRANÇA, 2026).

Referências

FINANCIAL TIMES. France withdraws G7 invitation to South Africa after US pressure. 2026. Disponível em: <https://www.ft.com/content/ca914de4-f602-4703-ae03-93c34449e5f2?syn-25a6b1a6=1>. Acesso em: 29 mar. 2026.

FRANÇA. Presidência da República (Élysée). France reaffirms its ambitions to promote online child protection. 18 mar. 2026. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/03/18/france-reaffirms-its-ambitions-to-promote-online-child-protection>. Acesso em: 29 mar. 2026.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE (RFI). France denies excluding South Africa from G7 summit under pressure from US. 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/africa/20260327-france-denies-excluding-south-africa-from-g7-summit-under-pressure-from-us>. Acesso em: 29 mar. 2026.

REUTERS. France denies excluding South Africa from G7 summit under pressure from Washington. 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/g7-leaders-june-summit-include-india-south-korea-brazil-kenya-not-china-elysee-2026-03-26/>. Acesso em: 29 mar. 2026a.

REUTERS. G7 allies meet against backdrop of wars in Ukraine and Iran, with unpredictable US. 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/g7-allies-meet-against-backdrop-wars-ukraine-iran-with-unpredictable-us-2026-03-26/>. Acesso em: 29 mar. 2026b.

REUTERS. Rubio says US can achieve Iran objectives without ground troops. 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/rubio-says-us-can-achieve-iran-objectives-without-ground-troops-2026-03-27/>. Acesso em: 29 mar. 2026c.

REUTERS. G7 foreign ministers demand an end to attacks on civilians in Iran war. 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/g7-foreign-ministers-demand-an-end-attacks-civilians-iran-war-2026-03-27/>. Acesso em: 29 mar. 2026d.

REUTERS. Ukraine closes on Mideast deals to help counter Iranian drones. 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/ukraine-closes-mideast-deals-help-counter-iranian-drones-2026-03-27/>. Acesso em: 29 mar. 2026e.

REUTERS. Europeans to press US over Russian support for Iran. 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/europeans-press-us-over-russian-support-iran-2026-03-26/>. Acesso em: 29 mar. 2026f.

Projeções para a economia mundial, desenvolvimento e saúde na agenda da OCDE

Las previsiones sobre la economía mundial, el desarrollo y la salud figuran en la agenda de la OCDE

Projections for the global economy, development, and health on the OECD's agenda

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre a apresentação de projeções econômicas globais para 2026 e 2027, a publicação da terceira edição do estudo sobre filantropia para o desenvolvimento e a divulgação do compêndio sobre reconstrução pós desastre, além da publicação de quatro estudos sobre Saúde.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; África do Sul; Guerra do Irã; Cooperação Internacional.

Resumen. Entre los aspectos más destacados de la OCDE se encuentran la presentación de las previsiones económicas mundiales para 2026 y 2027, la publicación de la tercera edición del estudio sobre filantropía para el desarrollo y la difusión del compendio sobre la reconstrucción tras los desastres, además de la publicación de cuatro estudios sobre Salud.

Palabras clave: G20; G7; OCDE; EE. UU; Sudáfrica; Guerra de Irán; Cooperación Internacional.

Abstract. The OECD's highlights include the release of global economic projections for 2026 and 2027, the publication of the third edition of the study on philanthropy for development, the release of the compendium on post-disaster reconstruction, and the publication of four studies on Health.

Keywords: G20; G7; OECD; USA; South Africa; Iran War; International Cooperation.

Na segunda quinzena do mês de março de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou a publicação “*OECD Economic Outlook, Interim Report March 2026: Testing Resilience*”, a primeira edição do ano de seu relatório suplementar

de sua tradicional iniciativa publicada semestralmente “*OECD Economic Outlook*” (Perspectiva econômica da OCDE, em tradução livre), em que a organização analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas internacionais para os próximos dois anos, além de expor um arranjo consistente de projeções para temas de produção, emprego, gastos governamentais, entre outros.

A nova adição do relatório suplementar do estudo indica que a resiliência da economia global está sendo posta à prova pelo conflito em evolução no Oriente Médio, que gerou novas pressões inflacionárias e criou uma incerteza significativa no cenário mundial, além de custos humanos e econômicos para os países direta e indiretamente, com também o choque no abastecimento de energia pesando significativamente no ritmo do crescimento global e exercendo pressões inflacionárias nas economias. Desse modo, as perspectivas são cercadas por grandes interrogações e refletem a interação de duas forças opostas.

Por um lado, o crescimento global é impulsionado pelo forte dinamismo dos investimentos e da produção relacionados à tecnologia, pelas tarifas efetivas mais baixas do que previstas anteriormente e pelo impulso herdado de 2025 e seus resultados robustos. Por outro, a paralisação das remessas pelo Estreito de Ormuz e o fechamento e danos a algumas infraestruturas energéticas geraram um aumento acentuado nos preços da energia e interromperam o fornecimento global de energia e de outras commodities importantes, como o caso dos fertilizantes. Isso eleva os custos, afetando a demanda e aumentando as pressões inflacionárias.

Desse modo, as últimas projeções econômicas provisórias da OCDE projetam um crescimento global de 2,9% em 2026 e 3,0% em 2027 – porém, como a escalada do conflito no Oriente Médio é altamente incerto, a organização econômica já adianta ressalvas para a possibilidade de uma maior redução nas perspectivas de crescimento se os preços da energia permanecerem elevados e a interrupção de remessas se prolongar além de meados de 2026.

Ainda segundo as projeções do recente relatório, o crescimento do produto interno bruto nos Estados Unidos está projetado em 2,0% em 2026, antes de moderar para 1,7% em 2027. Na zona do Euro, o crescimento deverá ser de 0,8% em 2026 e 1,2% em 2027. Já o crescimento chinês deverá desacelerar para 4,4% em 2026 e 4,3% em 2027. Para o Brasil, a organização atualizou suas expectativas de crescimento em 1,5% para 2026 e em 2,1% para 2027.

As pressões inflacionárias devem persistir por um período mais longo, com a inflação agora prevista para ser maior em 2026 do que a projetada anteriormente, refletindo o aumento nos preços globais da energia. A inflação geral nas economias do G20 está projetada em 4,0% em 2026, diminuindo para 2,7% em 2027.

O relatório intermediário chama ainda a atenção para uma série de riscos para a economia, a começar pelo desenvolvimento indefinido no conflito no Oriente Médio e suas incertezas associadas, com uma expectativa de queda nos preços futuros no mercado de energia, baseando-se na premissa que as atuais interrupções no fornecimento diminuirão com o tempo e serão limitadas em 2027. O fechamento prolongado de instalações de produção de petróleo e gás na região ou interrupções persistentes nas exportações pelo Estreito de Ormuz provavelmente terão consequências adversas mais significativas sobre os preços da energia, as expectativas de inflação e o crescimento futuro.

Outro risco decorrente da elevação nos preços de energia e fertilizantes é o aumento nos preços dos alimentos, o que afeta particularmente as famílias vulnerabilizadas e os custos de vida. Preços mais altos da energia podem também elevar o custo de países europeus de realizar a reposição anual necessária dos estoques de gás natural. Os mercados financeiros podem sofrer volatilidade adicional, enquanto a ampliação dos rendimentos soberanos de longo prazo aumenta os riscos fiscais.

Diante desses desafios, o documento busca salientar prioridades políticas para os formuladores de políticas a fim de mitigar as consequências negativas, sendo necessários esforços para que as políticas monetárias e os Bancos Centrais permaneçam vigilantes e garantam que as expectativas estejam bem ancoradas, além de intensificar a salvaguarda da sustentabilidade das finanças públicas. Para a organização, quaisquer medidas destinadas a amenizar o impacto econômico do choque energético deverão ser direcionadas, temporárias e levar em conta a margem orçamentária limitada que a maioria dos governos possui. A redução das barreiras comerciais impulsionaria a produção e reduziria os riscos inflacionários. No médio prazo, outra recomendação é a de melhorar a eficiência energética e reduzir a dependência das importações de combustíveis fósseis para diminuir a exposição a futuros choques de oferta.

Outra pauta de destaque da OCDE também no período foi a divulgação da terceira e mais nova edição da publicação derivada de sua pesquisa sobre filantropia privada para o desenvolvimento. Desse jeito, o documento *“Private Philanthropy for Development (Third Edition): Taking Stock of Philanthropy’s Contribution to Development”* oferece um panorama detalhado de como as fundações estão contribuindo para os esforços de desenvolvimento internacional e onde a colaboração pode ser reforçada, com base em dados abrangentes sobre fluxos financeiros, parcerias e modelos operacionais.

O estudo indica que, entre os anos de 2020 e 2023, o financiamento filantrópico para o desenvolvimento atingiu US\$ 68,2 bilhões, sinalizando como o papel desempenhado desse setor tem sido cada vez mais significativo, a par da ajuda oficial ao desenvolvimento e do investimento privado. Embora apoie uma ampla gama de prioridades de desenvolvimento, o financiamento filantrópico continua concentrado em um conjunto limitado de regiões – a África é o principal destino dos fluxos filantrópicos transfronteiriços –, setores – a saúde sendo a que mais recebe atenção – e atores internacionais. Ao mesmo tempo, é notado que a filantropia nacional nos países de renda média está em expansão, mas de forma desigual.

É interessante observar ainda que a filantropia oferece flexibilidade significativa e potencial catalisador; no entanto, seus modelos de atuação, parcerias e abordagens de monitoramento e avaliação continuam a definir a escala e o alcance de seu impacto no desenvolvimento.

Em paralelo, a organização intergovernamental também divulgou no mês de março a publicação denominada *“Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2026: Rebuilding for the Future”*, uma parceria com o Banco Mundial. O Compêndio se aprofunda na discussão sobre a resiliência de infraestrutura e seu papel estratégico no desenvolvimento para além de uma mera restauração de ativos danificados após desastres, concentrando-se nas infraestruturas relacionadas à competitividade, que incluem transportes, energia e telecomunicações, e são definidas como ativos, instalações e sistemas que têm um efeito direto no desempenho econômico e nas capacidades competitivas de uma determinada localidade.

Entendendo que as decisões tomadas durante a reconstrução influenciam a produtividade, a integração comercial e a inclusão social por gerações, o relatório destaca que

a reconstrução deve aumentar a resiliência a choques previstos, alinhar-se às estratégias de desenvolvimento de longo prazo e incorporar a equidade e a inclusão desde o início e, para tal, a reconstrução deve ser planejada sistematicamente, financiada adequadamente e governada de modo eficaz para aumentar a resiliência a choques futuros, ao mesmo tempo que se promovem os objetivos de desenvolvimento sustentável. Recorrendo a estudos de caso concretos de Honduras, Indonésia, Japão, Malawi, Nepal, Peru e Samoa, o relatório culmina na recomendação de cinco princípios acionáveis a fim de orientar esforços de reconstrução após desastres naturais.

Por fim, a OCDE ainda apresentou durante o período da quinzena a publicação de quatro documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

Intitulado *“Scaling Artificial Intelligence in Health”*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado se propõe a examinar o potencial do uso de inteligência artificial em sistemas saúde, identificando barreiras consideráveis à sua adoção, tal como base de dados fragmentada, incertezas regulatórias e lacunas na governança e na capacidade da força de trabalho, e propondo caminhos pelos quais governos possam se orientar para suas tomadas de decisão, produção e implementação de iniciativas e construção de prioridades, além de evitar pontos cegos.

Baseando-se nos princípios e estruturas sobre a inteligência artificial da própria OCDE, a organização elaborou uma lista de verificação organizada ancorada em quatro pilares: estabelecer fatores facilitadores (para bases de dados, garantia e escalonamento da inteligência artificial e capacitação); implementar diretrizes e medidas de proteção (para supervisionar e monitorar o progresso em direção a objetivos comuns); engajar-se de forma significativa com o público, os provedores e a indústria; e implementar uma inteligência artificial confiável. Na ótica da organização, ao se atentar à série de recomendações e pontos de atenção fornecidas no documento, os países seriam mais eficazes na introdução da inovação tecnológica de maneira mais responsável no setor da saúde em seus territórios.

Outro interessante destaque é o relatório *“Policy Responses to Rising Autism Diagnoses in Childhood: Across the Spectrum”*, que se debruça sobre o aumento no número de crianças e jovens diagnosticados com transtorno do espectro autista nos últimos quinze anos nos países da OCDE e analisa comparativamente os benefícios e serviços disponíveis em onze países participantes da organização, observando as diferenças no nível de apoio oferecido a diferentes grupos, suas normas para elegibilidade de benefícios e os mecanismos e políticas associadas.

Tanto o *policy brief “Building people-centred digital health systems: Lessons from PaRIS”*, quanto o *policy brief “Living with cardiovascular diseases: Insights from the Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS)”* têm seus dados baseados na pesquisa PaRIS (Patient-Reported Indicator Surveys, em inglês), iniciativa pioneira da OCDE sobre indicadores que mensuram e avaliam resultados e experiências de saúde mais relevantes a partir do ponto de vista dos pacientes, impulsionando suas vozes para o centro das tomadas de decisão.

Desse modo, o primeiro deles explora as lições que podem ser extraídas do PaRIS para políticas e implementação de saúde digital, com foco específico na continuidade da informação sob as perspectivas de acessibilidade e disponibilidade da informação em saúde, traduzindo as evidências da pesquisa em conhecimentos acionáveis para políticas de saúde digital, destacando como melhorias no acesso e na disponibilidade da informação em saúde podem contribuir para melhores experiências do paciente.

Já o segundo *policy brief* restringe sua pauta para abordar especificamente as doenças cardiovasculares, a principal causa de morte na União Europeia. Os resultados dos dados coletados com a PaRIS apontam que pessoas com doenças cardiovasculares relatam bem-estar significativamente menor, saúde física e mental mais precária e funcionamento social reduzido em comparação com aquelas sem tais doenças. Elas também têm quase o dobro da probabilidade de visitar setores de emergências ou serem hospitalizadas. Um ponto sensível é que, apesar da maioria possuir maior necessidade de tratamentos complexos e múltiplos medicamentos, menos da metade dos pacientes participantes da pesquisa relatam ter planos de saúde.

Referências

OECD. OECD Economic Outlook, Interim Report March 2026: Testing Resilience. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/d4623013-en>.

OECD. Global economic outlook remains robust but has weakened amid energy shock and geopolitical risks. OECD [Internet]. 2026 Mar 26 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/global-economic-outlook-remains-robust-but-has-weakened-amid-energy-shock-and-geopolitical-risks.html>.

OECD. Private Philanthropy for Development (Third Edition): Taking Stock of Philanthropy's Contribution to Development. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/98e676c0-en>.

OECD. Private philanthropy should scale its collaboration with governments to boost financing for sustainable development. OECD [Internet]. 2026 Mar 25 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/private-philanthropy-should-scale-its-collaboration-with-governments-to-boost-financing-for-sustainable-development.html>.

OECD, The World Bank. Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2026: Rebuilding for the Future. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/6981eda5-en>.

OECD. When rebuilding disaster-struck infrastructure, think long term. OECD [Internet]. 2026 Mar 16 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/when-rebuilding-disaster-struck-infrastructure-think-long-term.html>.

OECD. Global economic outlook remains robust but has weakened amid energy shock and geopolitical risks. OECD [Internet]. 2026 Mar 26 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/global-economic-outlook-remains-robust-but-has-weakened-amid-energy-shock-and-geopolitical-risks.html>.

OECD. OECD Economic Outlook, Interim Report March 2026: Testing Resilience. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/d4623013-en>.

OECD. Private philanthropy should scale its collaboration with governments to boost financing for sustainable development. OECD [Internet]. 2026 Mar 25 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/private-philanthropy-should-scale-its-collaboration-with-governments-to-boost-financing-for-sustainable-development.html>.

OECD. Private Philanthropy for Development (Third Edition): Taking Stock of Philanthropy's Contribution to Development. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/98e676c0-en>.

OECD. Countries continue investing in their anti-corruption and integrity frameworks, but further implementation is needed. OECD [Internet]. 2026 Mar 24 [cited 2026 Mar 27]. Available from:

<https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/countries-continue-investing-in-their-anti-corruption-and-integrity-frameworks-but-further-implementation-is-needed.html>.

OECD. Anti-Corruption and Integrity Outlook 2026: Harnessing the Integrity Advantage. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/16708b78-en>.

OECD. When rebuilding disaster-struck infrastructure, think long term. OECD [Internet]. 2026 Mar 16 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/when-rebuilding-disaster-struck-infrastructure-think-long-term.html>.

OECD, The World Bank. Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2026: Rebuilding for the Future. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/6981eda5-en>.

OECD. Scaling Artificial Intelligence in Health. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a436e12d-en>.

OECD. Policy Responses to Rising Autism Diagnoses in Childhood: Across the Spectrum. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/08394255-en>.

OECD. Building people-centred digital health systems: Lessons from PaRIS. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a1df0046-en>.

OECD. Living with cardiovascular diseases: Insights from the Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS). Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: <https://doi.org/10.1787/dda514cf-en>.